



Organização dos  
Estados Americanos



## COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

OEA/Ser.L  
CIM/doc.119/13  
24 de janeiro de 2013  
Original: espanhol

RELATÓRIO ANUAL DA  
COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM)  
AO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES  
DA ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	ii
RESUMO EXECUTIVO.....	iv
I. ORIGEM, BASES JURÍDICAS, ESTRUTURA E OBJETIVOS.....	1
II. TRIGÉSIMA SEXTA ASSEMBLEIA DE DELEGADAS DA CIM.....	1
III. ATIVIDADES DAS AUTORIDADES DA CIM.....	2
IV. CUMPRIMENTO DOS MANDATOS ADOTADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL DA OEA NO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES .....	4
V. CUMPRIMENTO DOS ACORDOS ADOTADOS NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DO COMITÊ DIRETOR DA CIM 2011-2012.....	5
VI. ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CIM: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BIENAL DE TRABALHO DA CIM 2011-2012.....	7
A. Cidadania política substantiva das mulheres para a democracia e a governabilidade	7
B. Direitos humanos das mulheres e violência de gênero.....	10
C. Segurança e cidadania econômica das mulheres.....	10
D. Institucionalização do enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero no trabalho da OEA.....	11
VII. RECOMENDAÇÕES.....	13
ANEXO: Execução orçamentária do Fundo Ordinário da CIM em 31 de Dezembro de 2012...	14

## INTRODUÇÃO

Em conformidade com as disposições contidas nos Artigos 91.f e 126 da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) apresenta seu Relatório Anual à Comissão Geral do Conselho Permanente, a fim de que o submeta à consideração do Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, com as observações e recomendações que considere pertinentes.

Este relatório resume as atividades realizadas pela CIM entre março de 2012 e fevereiro de 2013. Para melhor harmonizar o trabalho da CIM com os mandatos existentes, em particular o *Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero* (PIA), a CIM formulou o *Plano Estratégico 2011-2016*. Este Plano, adotado pelo Comitê Diretor da CIM 2011-2012 durante a Primeira Sessão Ordinária (7 e 8 de abril de 2011), busca fortalecer o papel primordial da CIM como fórum político hemisférico para os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero, assim como sua coordenação com os demais órgãos e organismos da OEA, organismos internacionais, a sociedade civil e outros setores importantes.

Durante o período deste relatório, a CIM trabalhou para promover a cidadania política plena das mulheres como componente imprescindível da governabilidade democrática e a eliminação da violência de gênero, questões fundamentais para o exercício dos direitos humanos e da segurança cidadã. Continuou apoiando a incorporação do enfoque de gênero como precondição do desenvolvimento humano sustentável e inclusivo e fortaleceu a imagem da OEA como uma organização que responde às demandas das mulheres do Hemisfério.

Em julho de 2012, a CIM organizou o Segundo Fórum Hemisférico “Cidadania das Mulheres para a Democracia” (18 a 21 de julho de 2012, Santo Domingo). Este Fórum reuniu líderes políticos, representantes de governo, ativistas, acadêmicos e representantes de organismos internacionais para analisar e debater os desafios que os sistemas democráticos atuais enfrentam para garantir o pleno exercício dos direitos humanos e da cidadania política das mulheres.

O Fórum considerou os resultados das atividades do Grupo de Trabalho Regional sobre os Direitos das Mulheres e a Democracia, estabelecido em setembro de 2011 para dar seguimento aos resultados do Primeiro Fórum Hemisférico (abril de 2011). O quadro analítico de referência elaborado pelo Grupo de Trabalho Regional proporciona uma reflexão crítica sobre a democracia com diversas perspectivas, visões, preocupações e propostas. Este trabalho contribuirá para ampliar as visões das análises recentes sobre a democracia realizadas pela OEA, no intuito de melhorar a compreensão das implicações e desafios para o sistema democrático dos direitos de cidadania das mulheres e da dimensão de gênero na política e suas instituições.

Em outubro de 2012, a CIM realizou a Trigésima Sexta Assembléia de Delegadas em San José, Costa Rica. Os resultados dessa Assembléia incluem a reforma e modernização dos instrumentos jurídicos da CIM, a eleição de um novo Comitê Diretor e a adoção de um Programa Trienal de Trabalho para o período 2013-2015.

Em novembro de 2011, a CIM organizou a Quarta Reunião de Ministras ou Autoridades do Mais Alto Nível Responsáveis pelas Políticas da Mulher nos Estados Membros (REMIM IV) em San Salvador. O objetivo dessa reunião era analisar e debater os temas principais da Sexta Cúpula das Américas (de 14 a 15 de abril de 2012) sob uma perspectiva de direitos das mulheres e igualdade de gênero. Nesse contexto, a REMIM IV adotou uma resolução (CIM/REMIM-IV/doc.6/11 Rev.1), que recomenda um texto específico para sua inclusão no documento resultante da Cúpula, de modo a assegurar que as

necessidades e as demandas das mulheres sejam contempladas nas conclusões finais desse evento. A resolução da REMIM foi comunicada ao Presidente do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) e aos coordenadores nacionais responsáveis em cada Estado membro.

A CIM continuará trabalhando para cumprir os mandatos recebidos e obter seu fortalecimento atendendo às demandas das mulheres e visando a que o respeito aos direitos humanos e a obtenção da igualdade de gênero se convertam numa realidade em todo o Hemisfério.

Maureen Clarke Clarke  
Presidenta, 2013-2015  
Comissão Interamericana de Mulheres

## RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório contém as atividades realizadas pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) em cumprimento de seus mandatos para o período compreendido entre março de 2012 e fevereiro de 2013, derivados do *Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero* (PIA), do *Plano Estratégico da CIM 2011-2016*, de resoluções específicas da Assembleia Geral da OEA, de acordos adotados pelo Comitê Diretor da CIM 2011-2012 durante a Terceira Sessão Ordinária (17 e 18 de abril de 2012 em Washington, D.C.) e da declaração e das resoluções adotadas pela Trigésima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM (29 e 30 de outubro de 2012, San José, Costa Rica).

Dando seguimento aos múltiplos mandatos atribuídos pela Assembleia Geral da OEA à Secretaria-Geral com relação ao fortalecimento da CIM<sup>1</sup>, durante o período examinado o Secretário-Geral ofereceu apoio político importante à CIM mediante sua participação e a do Secretário-Geral Adjunto em diversos eventos organizados pela Comissão. Além disso, apoiou a CIM na busca de recursos para projetos existentes ou novos.

O cumprimento do mandato de fortalecimento da CIM passa pelo aumento da coordenação interna com todas as áreas da Organização e pela participação contínua em suas atividades para assegurar a incorporação de uma perspectiva de direitos e de igualdade de gênero. Também inclui a implementação de um Programa de Gênero para a Secretaria-Geral da OEA, assim como apoio técnico às diversas secretarias e aos países-membros da organização.<sup>2</sup>

A CIM avançou na coordenação e colaboração com as principais áreas da OEA, contribuindo para uma melhor compreensão dos impactos negativos das desigualdades de gênero em cada uma das áreas temáticas, de modo a assegurar que as políticas públicas e as estratégias de ação contribuam para eliminar as desigualdades entre as mulheres e os homens nos países das Américas.

Neste período a CIM recebeu três mandatos da Assembleia Geral e 11 mandatos específicos de seu Comitê Diretor. Os três mandatos da Assembleia Geral são de caráter contínuo e permanente, isto é, devem estar sempre em execução. Dos acordos do Comitê Diretor, nove foram cumpridos totalmente e dois estão em processo de cumprimento.

Para a implementação desses mandatos, realizou-se uma série de atividades, que se apresentam no relatório classificadas nas áreas identificadas como “pilares” da Organização dos Estados Americanos: i) Democracia e Governabilidade, ii) Direitos Humanos, iii) Segurança Multidimensional; iv) Desenvolvimento Integral.

Por último, o relatório contém algumas recomendações que a CIM apresenta para consideração da Assembleia Geral da OEA.

1. Promover a harmonização das legislações nacionais e políticas públicas com as disposições dos tratados e convenções interamericanas em matéria de direitos humanos das mulheres, particularmente a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e

---

1. AG/RES. 1451 (XXVII-O/97), AG/RES. 1592 (XXVIII-O/98), AG/RES. 1625 (XXIX-O/99), AG/RES. 1777 (XXXI-O/01), AG/RES. 1941 (XXXIII-O/03), AG/RES. 2021 (XXXIV-O/04), AG/RES. 2124 (XXXV-O/05), AG/RES. 2161 (XXXVI-O/06), AG/RES. 2323 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2441 (XXXIX-O/09), AG/RES. 2560 (XL-O/10), AG/RES. 2685 (XLI-O/11) e AG/RES. 2710 (XLII-O/12).

2. Para mais informações sobre os avanços da Secretaria-Geral da OEA na incorporação de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero, veja o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do “Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero” em conformidade com a Resolução AG/RES. 2709 (XLII-O/12)*, documento CIM/doc.121/13.

Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), para promover o pleno exercício dos direitos das mulheres e a obtenção da igualdade de gênero.

2. Obter apoio dos Estados membros, da Secretaria-Geral e dos demais países que cooperam com a OEA à implementação do PIA, mediante os esforços da CIM/OEA para institucionalizar o enfoque de direitos e de igualdade de gênero no trabalho da Organização.
3. Obter apoio dos Estados membros, da Secretaria-Geral e dos demais países que cooperam com a OEA ao fortalecimento do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), no âmbito de seu Plano Estratégico 2013-2017, para apoiar a plena implementação da Convenção nos Estados Partes.

## **I. ORIGEM, BASES JURÍDICAS, ESTRUTURA E OBJETIVOS**

A CIM foi criada na 6ª Conferência Internacional Americana (Havana, 1928) com o compromisso de preparar “a informação jurídica e de qualquer outra natureza que possa ser considerada conveniente para que a 7ª Conferência Internacional Americana possa abordar o estudo da igualdade civil e política da mulher no Continente”.

A 9ª Conferência Internacional Americana (Bogotá, 1948) aprovou o primeiro Estatuto da Comissão, que consolidou sua estrutura e autorizou o Secretário-Geral da OEA a estabelecer a Secretaria Executiva da CIM.

Em 1953, a Comissão assinou um acordo com o Conselho Permanente da OEA através do qual se reconhece a CIM como organismo especializado interamericano de caráter permanente dotado de autonomia técnica para a consecução de seus objetivos.

A 10ª Conferência Interamericana (Caracas, 1954) modificou o Estatuto da CIM, ratificando seu caráter de organismo especializado permanente. Além disso, foram ampliadas as suas faculdades e lhe foi dada permissão para que no futuro pudesse emendar por si mesma seu Estatuto.

Posteriormente, em 1978, em conformidade com o disposto no Artigo 134 da Carta da OEA e as Normas para a Aplicação e Coordenação das Disposições da Carta da OEA sobre Organismos Especializados Interamericanos, assinou-se um novo acordo entre a CIM e a OEA.

Como principal fórum hemisférico pelos direitos das mulheres e a igualdade de gênero, a CIM vincula os compromissos assumidos no âmbito internacional sobre os direitos humanos das mulheres com a política pública efetiva no âmbito nacional, a fim de apoiar a plena cidadania política, econômica e social das mulheres. A CIM responde aos direitos e às demandas das mulheres em cinco âmbitos importantes: i) democracia e governabilidade; ii) direitos humanos; iii) segurança multidimensional; iv) desenvolvimento integral; v) institucionalização de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero no trabalho da OEA e de seus Estados membros. Dentro dessas áreas, a CIM oferece apoio técnico nas esferas jurídica, política e programática, maneja projetos específicos regionais e utiliza a gestão de conhecimentos participativa para assegurar que as discussões e as decisões políticas e programáticas se baseiem em evidências.

A CIM cumpre seus objetivos por meio dos seguintes órgãos: a Assembléia de Delegadas; o Comitê Diretor, composto pela Presidenta, três Vice-Presidentas e cinco representantes de países-membros, todos eleitos pela Assembléia; e a Secretaria Permanente, que desempenha as funções administrativas, técnicas e executivas da Comissão. A Assembléia de Delegadas é a autoridade suprema da CIM e suas resoluções, junto com as da Assembléia Geral da OEA, estabelecem as diretrizes para o trabalho da CIM.

O Estatuto da CIM concede aos governos que tenham credenciado observadores permanentes junto à OEA o caráter de observadores permanentes junto à CIM.

## **II. TRIGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA DE DELEGADAS DA CIM**

Dando cumprimento à resolução CIM/RES. 257 (XXXV-O/10), adotada pela Trigésima Quinta Assembléia de Delegadas da CIM (3-5 de novembro de 2010, Cidade do México), de 29 a 30 de outubro de 2012 realizou-se a Trigésima Sexta Assembléia de Delegadas da CIM em San José, Costa Rica.

Durante essa Assembléia, elegeu-se o Comitê Diretor da CIM para o período 2013-2015:

Presidenta: Costa Rica (Maureen Clarke Clarke)

Vice-Presidentas: Haiti (Marie Yanick Mézile)  
Panamá (Markelda Montenegro de Herrera)  
Uruguai (Beatriz Ramírez Abella)

Membros: Barbados, Estados Unidos, Guatemala, México e Peru

A Presidenta da CIM, Rocío García Gaytán, apresentou um relatório sobre a execução do *Programa Bienal de Trabalho da CIM 2011-2012*, com base no qual a Assembléia de Delegadas considerou e adotou o *Programa Trienal de Trabalho da CIM 2013-2015* (CIM/RES. 262 (XXXVI-O/12)), o qual dá seguimento às linhas de trabalho já estabelecidas e propõe várias atividades novas, tudo no âmbito do *Plano Estratégico da CIM 2011-2016*.

A Assembléia também considerou e adotou uma série de reformas dos instrumentos jurídicos da CIM (CIM/RES. 266 (XXXVI-O/12)), as quais formalizaram a representação dos Estados membros no Comitê Diretor da CIM, firmaram as bases para a realização de assembléias e a execução de planos de trabalho trienais em vez de bienais e esclareceram o processo para a eleição de novas autoridades da CIM nos períodos entre assembléias.

Adotou-se também uma resolução sobre a celebração do 85º aniversário da CIM (CIM/RES. 264 (XXXVI-O/12)), que permitirá aumentar a visibilidade do tema dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero na região e, ao mesmo tempo, destacar os resultados do processo de fortalecimento da CIM como fórum político hemisférico.

A Assembléia adotou a Declaração de San José sobre o Empoderamento Econômico e Político das Mulheres das Américas (CIM/DEC. 14 (XXXVI-O/12)), que reafirma o compromisso das Delegadas da CIM de lutar pelo acesso à justiça das mulheres e a plena implementação da Convenção de Belém do Pará, incorporar o enfoque de gênero em todas as políticas da segurança cidadã e humana, promover a criação e o fortalecimento de sistemas nacionais e regionais de informação, observância e vigilância do pleno exercício dos direitos humanos das mulheres, promover a adoção dos mecanismos necessários para impulsionar a plena representação e a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão política, social e econômica no âmbito nacional e local, impulsionar o melhoramento da cobertura e a qualidade da infraestrutura de cuidado e fortalecer a relação entre a CIM e as organizações da sociedade civil que desenvolvem ações a favor dos direitos humanos das mulheres e da igualdade de gênero.

### III. ATIVIDADES DAS AUTORIDADES DA CIM

Durante este período, a Presidência da CIM esteve a cargo de María del Rocío García Gaytán (México, novembro de 2010 - outubro de 2012) e de Maureen Clarke Clarke (Costa Rica, novembro de 2012 até hoje). Entre novembro de 2010 e outubro de 2012, as Vice-Presidências estiveram a cargo da Argentina,<sup>3</sup> Barbados e Guatemala,<sup>4</sup> e desde novembro de 2012 estão a cargo do Haiti, Panamá e

---

3. Em janeiro de 2011, o governo da Argentina informou à CIM que Magdalena Faillace havia renunciado ao cargo de Delegada Titular e Vice-Presidenta da CIM. Já que o Estatuto da CIM não contemplava um processo formal para substituir uma Vice-Presidenta em caso de renúncia, o cargo ficou vago.



Uruguai.

Durante este período, a Presidenta e as Vice-Presidentas da CIM participaram de maneira ativa em conferências, reuniões e outros eventos para visibilizar e promover o trabalho da Comissão.

### *A Presidenta da CIM*

A Presidenta da CIM, Rocío García Gaytán, participou nos seguintes eventos:

- A 56ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição Social e Jurídica da Mulher (27 de fevereiro a 9 de março de 2012, Nova York).
- A Quarta Conferência de Estados Partes na Convenção de Belém do Pará (16 de abril de 2012, Washington, D.C.), durante a qual os Estados analisaram e adotaram 27 relatórios nacionais e o Segundo Relatório Hemisférico sobre a Implementação da Convenção de Belém do Pará.<sup>5</sup>
- A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (20-22 de junho de 2012, Rio de Janeiro)

A Presidenta da CIM, Maureen Clarke Clarke, participou do 52º Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), em novembro de 2012, com uma intervenção sobre as dimensões de gênero da problemática das drogas nas Américas. A Presidenta exortou os Estados a fortalecerem a informação e as estatísticas disponíveis sobre mulheres e drogas para melhorar a compreensão do problema e ofereceu aos Estados a assistência técnica especializada da CIM, incluindo capacitação, para formular e implementar políticas, programas e outras medidas com enfoque de gênero.

Durante o período deste relatório, as Presidentas da CIM emitiram as seguintes mensagens comemorativas:

- Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2012) - por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a Presidenta da CIM, Rocío García Gaytán, fez chegar uma mensagem às Ministras da Mulher e às Delegadas Titulares da CIM dos Estados membros. Em conformidade com o tema estabelecido pelas Nações Unidas, “Empoderar a mulher rural – Acabar com a fome e a pobreza”, a Presidenta ressaltou que o trabalho das mulheres e crianças rurais contribui para a produção agrícola, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável e que por isso as mulheres rurais devem ocupar um lugar central nos processos de tomada de decisões em todos os níveis.
- Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro de 2012) - através desta mensagem, a Presidenta da CIM, Maureen Clarke Clarke, expressou sua profunda preocupação com os índices de violência contra as mulheres, em particular de feminicídios e feminicídios, na região e reafirmou a importância da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) na provisão de uma resposta adequada e efetiva à pandemia da violência de gênero.

---

4. Em janeiro de 2012, Sonia Escobedo renunciou ao cargo de Secretária da Secretaria Presidencial da Mulher (SEPREM) da Guatemala. Já que o Estatuto da CIM não contemplava um processo formal para substituir uma Vice-Presidenta em caso de renúncia, o cargo ficou vago.

5. Para mais informações sobre o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e os resultados da Quarta Conferência de Estados Partes, veja o Relatório sobre o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) em cumprimento da Resolução AG/RES. 2711 (XLII-O/12) (CIM/doc.122/13)

### ***As Vice-Presidentas da CIM***

Irene Sandiford-Garner, Vice-Presidenta da CIM, foi designada pela Presidenta para participar nos seguintes eventos:

- a. Consulta a Parlamentares das Américas (18 de julho de 2012, Santo Domingo);
- b. Segundo Fórum Hemisférico “Cidadania das Mulheres para a Democracia” (19-21 de julho de 2012, Santo Domingo)
- c. Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (3-5 de junho de 2012, Cochabamba), onde apresentou os relatórios anuais da CIM e destacou a importância da incorporação das perspectivas de gênero e de direitos das mulheres em todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento humano sustentável.

No Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, foram adotadas três resoluções que atribuíram mandatos específicos à CIM:

- AG/RES. 2710 (XLII-O/12), “Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres”;
- AG/RES. 2709 (XLII-O/12), “Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero”;
- AG/RES. 2711 (XLII-O/12), “Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (MESECVI).”

#### **IV. CUMPRIMENTO DOS MANDATOS ADOTADOS PELA ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA NO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES**

<b>Mandato</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Comentários</b>
AG/RES. 2710 (XLII-O/12) “Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres”	Permanente	<ul style="list-style-type: none"><li>- Continuou a implementação do Plano Estratégico da CIM 2011-2016</li><li>- Concluiu-se a implementação do Programa Bienal de Trabalho 2011-2012</li><li>- Elaborou-se e adotou-se o Programa Trienal de Trabalho 2013-2015</li><li>- Iniciaram-se acordos e atividades de colaboração com organismos internacionais, grupos da sociedade civil e instituições acadêmicas e de pesquisa</li><li>- Fortaleceu-se a visibilidade da CIM na região mediante iniciativas de comunicação e difusão</li></ul>
AG/RES. 2709 (XLII-O/12) “Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero”	Permanente	<ul style="list-style-type: none"><li>- A CIM continua o acompanhamento e implementação do PIA.<sup>6</sup></li></ul>

6. Para mais informações sobre os avanços da Secretaria-Geral da OEA na incorporação de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero, veja o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do “Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero” em conformidade com a Resolução AG/RES. 2709 (XLII-O/12)*, documento CIM/doc.121/13.

AG/RES. 2711 (XLII-O/12) “Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CIM trabalha permanentemente como Secretaria do MESECVI.<sup>7</sup></li> <li>- Concluiu-se a Segunda Rodada de Avaliação Multilateral e deu-se início à Segunda Rodada de Acompanhamento das Recomendações</li> <li>- Foi realizada a 4ª Conferência de Estados Partes (16 de abril de 2012, Washington, D.C)</li> <li>- Foram realizadas a 8ª e a 9ª Reunião da Comissão de Peritos (maio de 2012, Cidade do Panamá, e 12-14 de novembro de 2012, Cidade do México)</li> </ul>
--	------------	---

## V. CUMPRIMENTO DOS ACORDOS ADOTADOS NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DO COMITÊ DIRETOR DA CIM 2011-2012

A Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2011-2012 (abril de 2011) adotou o Plano Estratégico da CIM 2011-2016, que tem como estratégias principais:

- i) a articulação e harmonização das ações da CIM com as da OEA;
- ii) a institucionalização do enfoque de direitos e de igualdade de gênero nos principais fóruns, programas e planejamento institucional da organização. O Plano foi estruturado com base em quatro áreas programáticas, para harmonizar e articular as ações da CIM com os quatro pilares temáticos da OEA, seus programas, fóruns e estratégias:
  - o Cidadania política substantiva das mulheres para a democracia e a governabilidade;
  - o Segurança e cidadania econômica das mulheres;
  - o Direitos humanos das mulheres e violência de gênero;
  - o Segurança cidadã com um enfoque de gênero.

### *Terceira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM* (17-18 de abril de 2012, Washington, DC)

Acordo		Cumprimento
<b>2</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a) Agradece ao Representante Permanente da República Dominicana junto à OEA sua apresentação e o compromisso de seu Governo de hospedar o Segundo Fórum Hemisférico: “Cidadania Política das Mulheres para a Democracia”</li> <li>b) Solicita à Secretaria Executiva que realize as gestões necessárias para assegurar a presença da Presidenta da CIM em todo o evento;</li> <li>c) Dando seguimento ao Acordo 4, inciso b), da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2011-2012, solicita que a Secretaria Executiva da CIM distribua o projeto de agenda do Segundo Fórum Hemisférico para incorporar os insumos das delegadas, num prazo não superior a 15 dias.</li> </ol>	<p><b>Cumprido</b></p> <p>Realizou-se o Segundo Fórum Hemisférico, de 18 a 21 de junho de 2012, em Santo Domingo, República Dominicana</p>
<b>3</b>	Solicita à Secretaria Executiva da CIM que submeta a proposta de projeto sobre <i>Integração da perspectiva de gênero e de direitos na gestão integral de riscos de desastres nas Américas</i> , contido no	<p><b>Cumprido</b></p> <p>A proposta de projeto foi</p>

7. Para mais informações sobre o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e os resultados da Quarta Conferência de Estados Partes, veja o Relatório sobre o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) em cumprimento da Resolução AG/RES. 2711 (XLII-O/12) (CIM/doc.122/13).

<b>Acordo</b>		<b>Cumprimento</b>
	documento CIM/CD/doc.33/12, à consideração da Presidenta e do Comitê Diretor da CIM para que enviem seus comentários num prazo de 30 dias para poder submeter uma versão revisada à consideração e aprovação do Comitê Diretor nos seguintes 30 dias.	enviada pela Secretaria da CIM em 23 de abril de 2012.  Até esta data, não foram recebidos comentários dos Estados.
<b>5</b>	<p>a) Agradece às Missões Permanentes junto à OEA que negociaram o Projeto de Proposta de Modificação do Estatuto da CIM.</p> <p>b) Solicita à Secretaria Executiva da CIM que:</p> <p>i. Distribua a Proposta de Projeto de Modificação do Estatuto da CIM, contida no documento CIM/CD.doc.36/12 rev.1, para os comentários das delegadas num prazo não superior a 30 dias.</p> <p>ii. Formule, em colaboração com o Departamento de Assessoria Jurídica da OEA, um projeto de modificação do Regulamento da CIM e das Regras de Procedimento da Assembleia de Delegadas para ser enviado às delegadas da CIM;</p> <p>iii. Providencia a convocação de um grupo de trabalho para a consideração desses projetos de modificação.</p> <p>iv. Distribua um cronograma que permita completar esses documentos, visando a submetê-los à Trigesima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM.</p>	<b>Cumprido</b>  Os Projetos de Modificação do Estatuto da CIM (CIM/doc.48/12), Regulamento da CIM (CIM/doc.49/12) e Regras de Procedimento da CIM (CIM/doc.50/12) foram adotados pela Trigesima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM (outubro de 2012).
<b>6</b>	<p>Solicita à Secretaria Executiva da CIM que:</p> <p>a) Formule uma proposta para um mecanismo formal de participação das organizações da sociedade civil dedicadas aos temas de direitos das mulheres e igualdade de gênero no trabalho da CIM que inclua:</p> <p>i. A participação da sociedade civil na Assembleia de Delegadas da CIM;</p> <p>ii. O respectivo projeto de modificação das Regras de Procedimento da Assembleia de Delegadas da CIM;</p> <p>iii. Uma consultoria que prepare uma proposta de mecanismo;</p> <p>iv. Um plano de busca de recursos para a execução da proposta.</p> <p>b) Envie essa proposta às delegadas para incorporar seus comentários.</p>	<b>Em cumprimento</b>  Elaborou-se o projeto de proposta, que será considerado pelo Comitê Diretor da CIM 2013-2015 em sua Primeira Sessão Ordinária (28 de fevereiro a 1º de março de 2013).
<b>8</b>	<p>a) Dando seguimento ao Acordo 11 da Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2011-2012, solicita à Secretaria Executiva da CIM que formule uma proposta para a organização da reunião de doadores da CIM incorporando os resultados do encontro entre o Comitê Diretor e o Secretário de Relações Externas da OEA, e informe ao Comitê Diretor com antecedência uma vez que se decida a data dessa reunião;</p> <p>b) Compromete-se a fazer o acompanhamento das propostas formuladas durante o encontro entre o Comitê Diretor e o Secretário de Relações Externas da OEA, no âmbito do Plano Estratégico da CIM 2011-2016, em particular:</p> <p>i. A necessidade de somar as experiências dos Mecanismos Nacionais da Mulher da região com relação às estratégias de desenvolvimento e de segurança implementadas pela OEA;</p>	<b>Em cumprimento</b>  Prepararam-se propostas de programa para a reunião de doadores, que foram enviadas às delegadas em 11 de setembro de 2012.  Até esta data, não foram recebidos comentários dos Estados.

Acordo		Cumprimento
	ii. O fortalecimento do papel da CIM com relação à democracia de cidadania do ponto de vista das mulheres e nos processos de transversalização da perspectiva de gênero na OEA.	
9	Solicita à Secretaria Executiva que prepare e distribua um resumo relativo a todos os temas que não puderam ser tratados em profundidade na reunião do Comitê Diretor, devido à priorização da agenda.	<b>Cumprido</b>  O mencionado resumo (CIM/CD/doc.39/12) foi enviado pela Secretaria da CIM às delegadas em 23 de abril de 2012.

## VI. ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CIM: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BIENAL DE TRABALHO DA CIM 2011-2012

### A. Cidadania política substantiva das mulheres para a democracia e a governabilidade

#### *Desenvolvimento de capacidades para a liderança e a incidência nas políticas públicas para a igualdade de gênero*

No último quinquênio, a Organização de Estados Americanos e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desenvolveram um processo de geração de consensos sobre os principais desafios que os países enfrentam para o fortalecimento da democracia e da governabilidade na América Latina e no Caribe, através de diálogos e consultas nacionais. Este processo busca contribuir para a construção de uma visão comum sobre a democracia a que aspiram os cidadãos da região, assim como a uma reconceitualização do sistema democrático e das novas formas de participação política.

Nesse processo, as visões, os direitos e as aspirações das mulheres, assim como a dimensão de gênero, precisam ser aprofundados. O quadro elaborado deve ser ampliado para levar em conta o exercício dos direitos humanos das mulheres, e para o cumprimento dos compromissos vinculantes dos países na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

Neste contexto, a CIM vem executando o projeto “Desenvolvimento de capacidades para a liderança e a incidência nas políticas públicas para a igualdade de gênero,” com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Secretaria de Relações Exteriores do México, ONU Mulheres e IDEA Internacional. Como resultado da mudança de prioridades na orientação do trabalho de cooperação da AECID, este projeto, originalmente previsto para três anos, foi concluído em julho de 2012, com o encerramento do segundo ano.

Em junho de 2012, foi publicado o livro *A democracia de cidadania: Visões e debates dos direitos das mulheres nas Américas* (CIM, 2012),<sup>8</sup> que sistematiza os resultados do Primeiro Fórum Hemisférico “Liderança das Mulheres para uma Democracia de Cidadania,” realizado de 4 a 6 de abril de 2011 em Washington, D.C.

8. CIM. *A democracia de cidadania: Visões e debates dos direitos das mulheres nas Américas*. Washington, D.C.: Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos, 2012. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cim/democracia.asp>

Como resultado do Primeiro Fórum Hemisférico e das atividades do Grupo de Trabalho Regional sobre a Cidadania Plena das Mulheres para a Democracia, iniciado em setembro de 2011 em colaboração com IDEA Internacional e ONU Mulheres, de 18 a 21 de julho de 2012 organizou-se o Segundo Fórum Hemisférico “Cidadania das Mulheres para a Democracia” em Santo Domingo, República Dominicana.

O objetivo do Segundo Fórum Hemisférico era aprofundar a análise e o debate dos temas que foram propostos no Primeiro Fórum Hemisférico, particularmente com relação às reformas políticas e do Estado necessárias para acelerar o exercício da cidadania plena das mulheres nos países das Américas. Os resultados do Segundo Fórum Hemisférico e do Grupo de Trabalho Regional serão publicados durante o primeiro trimestre de 2013.

Este diálogo hemisférico possibilitou a participação de uma ampla e diversa representação de mulheres que trabalham no âmbito da democracia, da política e dos direitos das mulheres na região, entre as quais se encontravam ministras, parlamentares, embaixadoras, autoridades de governos locais, organizações de direitos humanos, organizações e redes de mulheres, ativistas e acadêmicas, assim como organismos intergovernamentais.

O evento enquadra-se também nas ações da CIM para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados membros da OEA na *Declaração do Ano Interamericano das Mulheres "Mulheres e Poder: Por um Mundo com Igualdade"*, CIM/DEC 10 (XXXV-O/10) e os mandatos recebidos para fortalecer a CIM como fórum político hemisférico para impulsionar os direitos e a cidadania plena das mulheres nas Américas.

### ***A igualdade real entre mulheres e homens nos programas eleitorais***

A pedido do Congresso e do Senado da República Dominicana, e em colaboração com ONU Mulheres, IDEA Internacional e o PNUD, a CIM organizou o evento “Eleições Presidenciais 2012: “A Igualdade Real entre Mulheres e Homens nos Programas Eleitorais,” realizado em 7 e 8 de março de 2012 em Santo Domingo. Este encontro contou com a participação de todos os candidatos à Presidência da República, exceto Hipólito Mejía, que enviou o candidato à Vice-Presidência.

A agenda das mulheres alcançou um nível político de primeira linha. Pela primeira vez na história dominicana, os candidatos falaram com legisladoras, acadêmicas e mulheres da sociedade civil sobre as políticas que se propõem implementar para promover os direitos das mulheres e a igualdade de gênero no país, entre as quais se destacam:

- a participação política das mulheres e a implementação de sistemas de cotas em todas as instituições políticas (incluindo os partidos);
- a violência contra as mulheres, sua prevenção, abordagem e punição;
- o aumento do femicídio no país;
- a violação de meninas em idade jovem;
- a precária participação das mulheres na economia dominicana e a falta de acesso a benefícios, inclusive a seguridade social;
- a necessidade de regular o trabalho doméstico no contexto dos compromissos assumidos nas Convenções da OIT nesta matéria;
- a falta de acesso das mulheres ao crédito, à propriedade da terra e aos cargos de decisão nas empresas e a importância de seu empoderamento econômico para a economia dominicana;
- a concentração das mulheres na economia informal;
- a posição das mães solteiras e chefes de família, particularmente quanto ao apoio social para o cuidado dos filhos, dos doentes e dos idosos;

- a saúde das mulheres, particularmente nos contextos de mortalidade materna, HIV/AIDS, aborto inseguro e violência de gênero;
- a gravidez adolescente e a falta de acesso a informação e métodos contraceptivos
- a posição do Ministério da Mulher dentro do governo e a necessidade de dotá-lo de mais recursos (humanos e financeiros);
- a importância do respeito à diversidade sexual e aos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual.

Em suas intervenções, vários candidatos se comprometeram a formar um gabinete paritário e outros assinalaram que o fariam paulatinamente, mas todos se comprometeram com uma maior participação das mulheres nos níveis de decisão e com o fortalecimento do Ministério da Mulher.

O evento foi transmitido por televisão nacional e pelo webcast da OEA (<http://www.livestream.com/OASLive2>) e está arquivado no site da OEA ([http://www.oas.org/en/media\\_center/videos.asp?sCodigo=12-0039&videotype=](http://www.oas.org/en/media_center/videos.asp?sCodigo=12-0039&videotype=)).

O evento teve um impacto importante na mídia nacional. A Universidade Aberta de Santo Domingo (UASD), dando seguimento a este evento, convocou outro encontro dos candidatos presidenciais para examinar com mais detalhes o tema da violência contra as mulheres e femicídios.

### ***Consulta a parlamentares das Américas***

Paralelamente ao Segundo Fórum Hemisférico, organizou-se a primeira Consulta a Parlamentares das Américas, no dia 18 de junho de 2012 em Santo Domingo, em colaboração com a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas da Confederação de Parlamentos das Américas (COPA) e a Comissão de Assuntos de Equidade de Gênero da Câmara de Deputados da República Dominicana.

Na consulta participaram as presidentas das Comissões de Igualdade de Gênero dos órgãos legislativos e parlamentares dos países das Américas.

O propósito da consulta era identificar os principais problemas, prioridades e estratégias para: a) impulsionar a igualdade entre homens e mulheres na agenda legislativa, em cumprimento dos tratados vinculantes internacionais nesta matéria ratificados pelos Estados; b) desenvolver um programa hemisférico para o fortalecimento da capacidade de incidência e de fiscalização das comissões e bancadas parlamentares para a igualdade de gênero. Este programa será elaborado em colaboração com a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas da COPA para seu posterior financiamento por doadores idôneos.

### ***Gênero e participação das mulheres nos orçamentos locais***

O município é um âmbito de oportunidade importante para avançar na promoção dos direitos das mulheres. De modo a contribuir para uma mudança substantiva nessas esferas sob a perspectiva da política pública, o projeto implementou uma ferramenta concreta, o *Autodiagnóstico do Município Promotor da Equidade de Gênero* em quatro municípios da América Latina.

Até agora, foram organizados workshops de orientação na utilização do *Autodiagnóstico do Município Promotor da Equidade de Gênero* em Heredia, Costa Rica (em 25 de janeiro de 2012), em Lima, Peru (17 de fevereiro de 2012), em Cusco, Peru (20 de fevereiro de 2012) e em San José, Costa



Rica (25 de fevereiro de 2012).<sup>9</sup> Com base nesses workshops, elaborou-se um relatório que sistematiza os resultados do exercício de autodiagnóstico e as recomendações concretas que os participantes identificaram para fortalecer a resposta municipal aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

## **B. Direitos humanos das mulheres e violência de gênero**<sup>10</sup>

### ***Incorporação de políticas e programas sobre HIV e violência contra a mulher sob uma perspectiva de direitos humanos na América Central e no Caribe***

Dando seguimento à Declaração de San Salvador, adotada pela CIM em novembro de 2007, a CIM iniciou a execução deste projeto em setembro de 2008 com financiamento da AECID. Embora o projeto tenha sido concluído formalmente em janeiro de 2012, em resposta às demandas formuladas pelos parceiros do projeto a CIM continuou com várias atividades de visibilização e promoção dos direitos humanos das mulheres que vivem com HIV nas Américas.

Em colaboração com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o Museu de Arte das Américas e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (ONUSIDA), a CIM organizou o evento “Promoção dos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS” no dia 23 de julho de 2012 em Washington, D.C. O propósito do evento, organizado no âmbito da XIX Conferência Internacional de AIDS (22-27 de julho de 2012, Washington, D.C.), era ressaltar os obstáculos enfrentados pelas pessoas que vivem com HIV para exercer seus direitos humanos. O evento incluiu intervenções dos organizadores, assim como de Patricia Pérez, Presidenta da Comunidade Global de Mulheres Vivendo com HIV (ICW Global), e uma exposição do AIDS Quilt.

Também no âmbito da XIX Conferência Internacional de AIDS, a CIM participou no evento paralelo “Abordando as necessidades e os direitos das mulheres e das meninas no contexto do HIV/AIDS na América Latina: Onde estamos agora?” (26 de julho de 2012), para apresentar os resultados do projeto e a importância de um enfoque integral na abordagem deste tema.

No dia 28 de novembro de 2012, em comemoração do Dia Internacional de Luta contra a AIDS (1º de dezembro), a CIM organizou a mesa-redonda “Desafios na proteção dos direitos humanos das mulheres vivendo com HIV e AIDS.” A mesa-redonda reuniu representantes de governos, sociedade civil e organismos internacionais para analisar a situação dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV e AIDS, em particular as mulheres, e concretizar recomendações de política pública para fortalecer a resposta internacional e nacional a este problema.

## **C. Segurança e cidadania econômica das mulheres**

### ***Avanço da igualdade de gênero no âmbito do trabalho decente***

Com fundos da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), a Secretaria da CIM executou o projeto “Avanço da igualdade de gênero no âmbito do trabalho decente” entre 2009 e 2011, em colaboração com o Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE). No contexto das *Linhas Estratégicas para Avançar Rumo à Igualdade e à Não Discriminação de Gênero no Âmbito do Trabalho Decente*, adotadas na Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do

---

9. Os materiais de apoio dos workshops estão disponíveis no site da CIM: <http://www.oas.org/es/cim/presupuestos.asp>

10. Para mais informações sobre o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e os resultados da Quarta Conferência de Estados Partes, veja o Relatório sobre o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) em cumprimento da Resolução AG/RES. 2711 (XLII-O/12) (CIM/doc.122/13).



Trabalho (XV CIMT, Trinidad e Tobago, 2007) e com base nos resultados do estudo sobre *Institucionalização do Enfoque de Gênero nos Ministérios do Trabalho das Américas*, organizou-se uma série de workshops sub-regionais sobre o planejamento estratégico com perspectiva de gênero (Georgetown, abril de 2010, San Salvador, maio de 2010, Assunção, setembro de 2010 e Quito, outubro de 2010). O projeto culminou em novembro de 2011 com a organização do primeiro Diálogo de Alto Nível entre os Ministérios do Trabalho e os Mecanismos Nacionais para o Progresso das Mulheres dos Países-Membros da OEA (1º de novembro, San Salvador). Este diálogo permitiu conhecer experiências, recomendações e perspectivas dos setores governamentais, bem como dos trabalhadores e empregadores, para obter uma maior igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Considerando que este projeto fez parte de uma colaboração mais ampla entre a CIM, DDSE/SEDI e a OIT sobre gênero e trabalho, os trabalhos conjuntos continuam após a finalização do projeto. Em 2012: (i) efetuou-se e documentou-se o acompanhamento dos workshops sub-regionais, com a colaboração dos ministérios do trabalho e mecanismos da mulher, encontrando-se interessantes experiências abordadas no documento *Institucionalização de gênero nos Ministérios do Trabalho das Américas: Acompanhamento dos workshops de planejamento estratégico com enfoque de gênero*;<sup>11</sup> (ii) participou-se da Reunião de Planejamento da CIMT em fevereiro de 2012 em Washington, D.C.; (iii) continuou-se colaborando na implementação do projeto da OEA sobre auditorias de gênero nos Ministérios do Trabalho (foram realizadas duas até agora). Com base na experiência do projeto da OEA sobre auditorias de gênero, a CIM vem preparando uma proposta de projeto de capacitação de mecanismos nacionais da mulher na realização de auditorias de gênero para a transversalização dessa perspectiva em ministérios do trabalho e em outras instituições públicas.

#### **D. Institucionalização do enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero no trabalho da OEA<sup>12/</sup>**

Para concluir o projeto “Integração da Análise de Gênero e da Igualdade e Equidade de Gênero como Temas e Objetivos Transversais em todos os Programas da OEA,” executado como parte do Programa OEA/CIDA 2008-2011, foi lançado o curso virtual “Enfoque de direitos e de igualdade de gênero em políticas, programas e projetos” no dia 10 de janeiro de 2013. O curso, cuja primeira edição está dirigida ao pessoal da OEA e se baseia em etapas prévias de capacitação presencial em gênero que a OEA ofereceu a seu pessoal, responde à necessidade da Organização de avançar de maneira mais sistemática e substantiva na incorporação de um enfoque de gênero e de direitos em seu trabalho e no Sistema Interamericano. Ao final do curso (13 de março de 2013), espera-se que os participantes estejam em condições de aplicar um enfoque de gênero e de direitos ao formular, implementar e monitorar políticas, programas, projetos e intervenções diversas, considerando um quadro de referência concreto para detectar desigualdades de gênero e encaminhar ações para superá-las mediante a utilização de recursos conceituais e metodológicos, como técnicas de diagnóstico e indicadores de gênero.

Como parte do curso virtual, no dia 12 de dezembro de 2012 inaugurou-se também a Comunidade de Prática de Gênero da OEA (CoP). A CoP é um espaço de aprendizagem e construção coletiva de conhecimento, intercâmbio de experiências, lições aprendidas e boas práticas e incidência, tanto nos espaços institucionais como no trabalho com as contrapartes, com o principal objetivo de obter uma Organização que responda às demandas de igualdade de gênero e promoção e proteção dos direitos

---

11. CIM. *Institucionalização e transversalização de gênero nos Ministérios do Trabalho das Américas: Acompanhamento dos workshops de planejamento estratégico com enfoque de gênero*. Washington, D.C.: Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos, 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cim/desarrollo.asp>

12. Para mais informações sobre os avanços da Secretaria-Geral da OEA na incorporação de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero, veja o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do “Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero” em conformidade com a Resolução AG/RES. 2709 (XLII-O/12)*, documento CIM/doc.121/13.

das mulheres. Adicionalmente, a CoP impulsionará, apoiará e fortalecerá a construção de capacidades dentro da Organização para institucionalizar a perspectiva de gênero e de direitos humanos das mulheres em seu trabalho interno e externo.

A convite das organizadoras, a Secretaria da CIM participou de um Simpósio sobre a Transversalização da Igualdade de Gênero [Gender Equality Mainstreaming (GEM) Symposium], organizado pelo Projeto de Fortalecimento Institucional [Institutional Strengthening Project (ISP)] da Secretaria da Organização dos Estados do Caribe Oriental [Organisation of Eastern Caribbean States Secretariat (OECSSSEC)], nos dias 23 e 24 de maio de 2012 em Santa Lúcia. A CIM contribuiu com uma apresentação e uma análise dos esforços institucionais de transversalização de gênero durante a última década (2000-2011), incluindo a identificação de boas práticas, projetos e lições aprendidas.

Durante o período deste relatório, a CIM continuou seu trabalho de assessoria teórica e técnica às demais Secretarias e Departamentos da OEA, incluindo outros órgãos do sistema interamericano, para apoiar a institucionalização de um enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero no trabalho da Organização. Destacam-se algumas destas ações:

- Cooperação contínua com o Departamento de Planejamento e Avaliação (DPE) da Secretaria de Administração e Finanças, através da participação ativa da CIM na Comissão de Avaliação de Projetos da OEA e em seu Grupo de Trabalho, para assegurar que o enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero seja incorporado aos projetos da Organização e sua avaliação, assim como à classificação e prestação de contas sobre os mandatos da OEA. Destaca-se a tendência crescente das diversas áreas à incorporação de uma perspectiva de gênero à formulação de seus projetos e à preparação de projetos elaborados especificamente para promover o empoderamento e a participação das mulheres em diversos setores.
- *Na Secretaria de Assuntos Jurídicos*, vem-se colaborando com o Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais (PIFJ). Isto inclui assistência técnica oferecida a suas reuniões e outras atividades, assim como a troca de informação e materiais de capacitação e difusão com o Departamento de Direito Internacional, que vem incorporando a perspectiva de gênero a vários de seus projetos.
- *Na Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI)*, mantém-se cooperação e assistência técnica com vários de seus departamentos. Além da permanente cooperação com o Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego, prestou-se assistência técnica para a integração da perspectiva de gênero ao:
  - (i) Departamento de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo, na preparação de vários projetos;
  - (ii) Com a área encarregada de bolsas de estudo da OEA, a Secretaria, através de uma de suas especialistas, participou do Comitê Ad Hoc de Avaliação de Cursos da OEA em 2012. Os membros (três no total) deste Comitê são designados pelo Secretário-Geral;
- No primeiro trimestre de 2012, em cumprimento de mandatos comuns e dando seguimento ao Acordo 3 da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2010-2012, preparou-se com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DSS/OEA) um documento (CIM/CD/doc.33/12) que aborda a perspectiva de gênero e de direitos na gestão de riscos de desastres, incluindo uma proposta de projeto orientada ao fortalecimento de capacidades institucionais das entidades encarregadas da gestão integral de riscos de desastres e dos mecanismos da mulher do hemisfério, para promover uma perspectiva de gênero e direitos das mulheres nesse âmbito. Vem-se concretizando o perfil de projeto correspondente a esta proposta para sua apresentação a doadores selecionados.
- Com a *Secretaria de Segurança Multidimensional*, mediante apoio pontual à incorporação de dimensões de gênero a projetos e relatórios da Comissão Interamericana para o Controle do

Abuso de Drogas (CICAD), do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), do Departamento de Segurança Pública. Mantiveram-se reuniões informativas com pessoal responsável pelo Observatório Interamericano de Drogas e outras instâncias para explorar possibilidades de colaboração.

- Na *Secretaria de Assuntos Políticos*, manteve-se uma colaboração constante com o Departamento de Cooperação para a Observação Eleitoral (DECO) para a implementação de sua metodologia de observação eleitoral com enfoque de gênero e análise dos resultados.
- Na *Secretaria de Relações Externas*, Departamento de Assuntos Internacionais, colabora-se com o programa de Assembleias Modelo da OEA, proporcionando, quando solicitado, uma profissional para assistência técnica, e na organização de reuniões e mesas-redondas especializadas.

Com organismos autônomos especializados, manteve-se colaboração e assessoria, a pedido dessas instâncias, incluindo o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), para provisão de capacitação sobre gênero a todo o seu pessoal, e com a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL). Com a OPAS, mediante a participação da Secretaria Permanente na Reunião do Grupo Assessor Técnico sobre Igualdade de Gênero na Saúde (TAG/GEH). Estes e outros organismos autônomos especializados proporcionam anualmente insumos à CIM para a preparação do relatório anual do Secretário-Geral da OEA em seguimento ao PIA.

## VII. RECOMENDAÇÕES

Respeitosamente, a CIM solicita ao Conselho Permanente da OEA que submeta este relatório, com as observações que considere pertinentes, à consideração do Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, com o objetivo de que seus elementos possam ser considerados durante as deliberações.

O relatório contém algumas recomendações que a CIM apresenta à consideração da Assembleia Geral da OEA.

1. Promover a harmonização das legislações nacionais e políticas públicas com os tratados e convenções interamericanas em matéria de direitos humanos das mulheres, particularmente a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), para promover o pleno exercício dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero.
2. Obter apoio dos Estados membros, da Secretaria-Geral e dos demais países que cooperam com a OEA à implementação do PIA e ao esforço da CIM/OEA para institucionalizar o enfoque de direitos e de igualdade de gênero no trabalho da Organização.
3. Obter o apoio dos Estados membros, da Secretaria-Geral e dos demais países que cooperam com a OEA ao fortalecimento do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), no âmbito de seu Plano Estratégico 2013-2017, para apoiar a plena implementação da Convenção nos Estados Partes.

## ANEXO I

Execução orçamentária do Fundo Ordinário da CIM em 31 de Dezembro de 2012 (US\$)

	<b>Alocação de fundos</b>	<b>Obrigações</b>	<b>Gastos</b>	<b>Saldo disponível</b>
<b>23010 - Secretaria Permanente</b>	874.311,48	2.661,27	871.650,21	-
<b>23011 - Presidenta / Comitê Diretor</b>	30.000,00	0,00	30.000,00	-
<b>23012 - Assembleia de Delegadas</b>	42.730,00	1.306,84	41.423,16	-
<b>23014 - Cooperação Horizontal</b>	25.000,00	1.400,10	23.599,90	-
<b>23016 - Transversalização de Gênero</b>	24.971,45	520,40	24.451,05	-
<b>23017 - Prevenção da Violência contra a Mulher</b>	24.632,57	1.476,16	23.156,41	-
<b>Total:</b>	<b>1.021.645,50</b>	<b>7.364,77</b>	<b>1.014.280,73</b>	<b>-</b>